



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Carta Maior - Altamiro Borges

# O Brasil espera um gesto de recusa

Sobraram duas alternativas: a heroica devolução do poder ao povo para renovar a República – e assim repactuar democraticamente as bases do desenvolvimento; ou o caos espiralado em direção a um novo ponto de coagulação repressivo da história nacional.

Os senadores brasileiros terão que se superar nessa escolha.

Sim, não há precedente de grandeza dessa ordem.

Mas até mesmo alguém como Cristovam Buarque poderá ser impelido pela atração gravitacional de circunstâncias de risco extremo.

A rigor, só a cumplicidade da mídia sustenta o golpe.

A ganância da plutocracia em devorar direitos trabalhistas e sociais dificilmente será saciada em sua gula por um mordomo desprovido de qualquer decência e legitimidade.

A carta da Presidenta Dilma à nação, lastreada em negociação propositiva com os movimentos sociais e senadores, pode ter peso nesse magnetismo de convergência para as urnas.

Outras variáveis dançam desordenadamente na boca do vulcão.

Só quando houver mídia plural e ecumênica sabermos, por exemplo, o que se passou nos bastidores da Lava Jato até se chegar à 'pandelação' da Odebrecht.

Por que se definiu que a denúncia dos R\$ 23 milhões doados a Serra abriria a fila dos vazamentos desta vez? Por que o assunto desapareceu da pauta da Folha – e de vários outros veículos - 24 horas depois de ter merecido garrafais no domingo (07/08/2016)?

É possível que não tenha sido mais que um álibi desesperado.

Ou seja, o lubrificante para o golpe de morte contra Lula, às vésperas da votação do impeachment, capaz de despejar um balde de adesismo nos senadores hesitantes.

A eficácia da manobra de qualquer forma é no mínimo discutível.

O fato de não escarafunchar o PSDB e o PMDB com as lâminas do rigor cravadas no PT, já arrastou o

califado de Curitiba à vala comum da corrupção moral na qual buscou calcificar a agenda progressista brasileira.

Das togas, basta dizer que a mais atuante veste as medidas éticas de um dos principais militantes da direita brasileira, como diz o PT.

A fragilização do sistema econômico, político e jurídico assim intoxicado, atingiu tal anomia que de alguma forma tornou-se permeável à construção de uma alternativa de sobrevivência democrática da sociedade.

E é isso que deve ser heroicamente tentado nas semanas que antecedem, nos dias que sobram, nas horas poucas que dividem o Brasil pré e pós votação do impeachment.

No limite, os verdadeiros democratas, os nacionalistas, os liberais dignos e os progressistas com assento no Senado devem se recusar a participar da farsa, capaz de inviabilizar por décadas o sonho de construção de uma democracia social no país.

Para que não se naturalize a mentira diuturnamente martelada pelo jogral midiático, de que esse capítulo da tragédia brasileira será curetado com uma grande carbonização do PT e da CLT, é preciso sacudir a previsibilidade do caminho ao cadafalso.

A mobilização popular turbinada pelas circunstâncias extremas que ameaçam o país tem o poder de catalisar esse gesto de recusa.

Ao contrário de levar ao impasse ele consagra a repactuação do desenvolvimento como a única nesga de futuro capaz de furar a espessa noite de opressão que baixa sobre o Brasil.

Qualquer outra solução levará o país ao cemitério das nações.

Quando a névoa da crise embaralha os pontos cardeais de uma sociedade, e o conservadorismo assume o leme das 'soluções finais' - sangrar ainda mais pobres para salvar os mercados, como apregoam os seguidores de um neoliberalismo esgotado - povos e nações são esfacelados.

Leia mais em:

<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2016/08/o-brasil-espera-um-gesto-de-recusa.html>

10/08/2016 - Telesíntese

## Oi questiona poder de assembleia convocada por minoritário

Empresa afirma não concordar com os termos de convocação e reitera que qualquer proposta de mudança no board só poderá acontecer com aval do tribunal que acompanha a recuperação judicial.



A Oi emitiu comunicado ao mercado durante a madrugada desta quarta-feira, 10, em que coloca em dúvida o poder que a assembleia de acionistas convocada pelo fundo Société Mondiale terá para alterar o conselho de administração da companhia. No texto, a concessionária reitera os argumentos já elencados em outras ocasiões: em meio à recuperação judicial, quaisquer decisões que mexam na administração ou controle deve passar pelo crivo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

“ A possibilidade de convocação de assembleia para deliberar matérias que resultem na eventual troca de membros da administração encontra-se sujeita a prévia autorização judicial”, diz, citando decisões do tribunal proferidas em quatro ocasiões desde o início da recuperação, em junho.

A Oi também publicou hoje, na Comissão de Valores Mobiliários, a convocação realizada ontem pelo fundo Société Mondiale, que prevê a votação de mudança no conselho de administração da companhia e aprovação de abertura de ações criminais contra gestores da empresa. Acrescentou nota ressaltando

que não concorda com os termos das convocações.

“ A Companhia ressalta que não se responsabiliza pela veracidade, completude ou consistência de tais informações, nem tampouco corrobora os termos constantes da convocação da Assembleia”, escreve. A assembleia acontece em 8 de setembro, a partir das 14h, na sede da operadora, no Rio de Janeiro.

### Entenda

Desde o início da recuperação judicial, o fundo Société Mondiale, ligado ao investidor Nelson Tanure, adquiriu participação relevante de quase 7% na operadora. Depois, iniciou cruzada contra os integrantes do conselho de administração da Oi ligados à empresa portuguesa Pharol, detentora de 22% da Oi.

A visão do fundo de Tanure é que estes executivos não teriam agido dentro do interesse da companhia ou dos demais acionistas nos últimos anos, o que levou à recuperação judicial. O Société Mondiale pediu, duas vezes, a convocação de assembleia ao conselho, que se recusou sob o argumento de depender de aval da Justiça. Ontem, resolveu fazer a convocação por conta própria.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

09/08/2016 - CUT

# Com trabalhadores presos, Congresso inicia semana da maldade

## Petroleiros são detidos em manifestação na Câmara contra PLP 247

O deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) deixou a presidência da Câmara, entrou Rodrigo Maia (DEM-RJ), mas a relação com o povo continua a mesma: portas fechadas em votações que atacam direitos trabalhistas e sociais e diálogo por meio da polícia.

Na manhã desta terça-feira (9), durante manifestação em frente ao Anexo III da Câmara contra o PLP 257 (projeto sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal), dois petroleiros foram presos.

A categoria engrossa a mobilização de servidores porque também nesta semana deve ocorrer a votação na Casa do PL 4.567, com a proposta de retirar da Petrobras a exclusividade das atividades no pré-sal e acabar com a obrigação de a empresa entrar com ao menos 30% dos investimentos em todos os consórcios de exploração da camada.

Segundo o dirigente do Sindipetro-SP (Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo), Arthur Bob Ragusa, os petroleiros Cláudio Nunes, do Sindipetro-NF (Norte Fluminense) e Gustavo Marsaioli, também do Sindipetro-SP, foram detidos sob alegação de desacato por exercerem o direito à livre mobilização. Neste momento, permanecem detidos e irão fazer o exame de corpo de delito antes de serem liberados.

“Aguardávamos na fila de acesso ao Anexo III, quando começaram a nos empurrar para ficarmos fora de um perímetro que determinaram. E, no meio da confusão, dois companheiros foram algemados. Quase levaram spray de pimenta na casa, mesmo depois de imobilizados”, denunciou.

Um dos policiais militares identificados por Ragusa não trazia identificação no uniforme, método muitas vezes utilizado em manifestações para impedir a identificação do agressor.

Para a vice-presidente da CUT, Carmen Foro, a restrição ao acesso tem o objetivo de sufocar

qualquer sinal de resistência ao golpista Temer.

“Este é um momento de retrocesso, não só porque está em pauta a retirada de nossos direitos, mas porque cada dia fica pior entrar nesse espaço para manifestar nossa opinião. Como se quisessem passar ideia para o Brasil de que não há contestação ao que ocorre nesta Casa”, pontuou.

### O que era ruim ficou pior

Enquanto os manifestantes tentavam ingressar no plenário da Câmara, os deputados articulavam a votação do PLP 257, prevista para começar por volta das 14h.

O impasse ocorre porque as mudanças apresentadas por Temer nesta segunda (8) fizeram com que o relatório ruim ficasse ainda pior, avalia o secretário-adjunto de Relações do Trabalho da CUT, Pedro Armengol.

O texto vigente até a última sexta-feira (5) apontava que, para os estados e o Distrito Federal renegociarem o pagamento da dívida da União e arrastarem o início da quitação para o próximo ano, teriam de cumprir condicionantes, entre as quais, determinar um teto de despesas com servidores corrigido pela inflação do ano anterior.

A nova proposta determina que nem sequer esse reajuste haverá e que os salários deverão ser congelados por dois anos.

“Querem pagar a dívida à custa da sociedade e o relatório que o Amin (relator Esperidião Amin – PP/SC) apresentará hoje é um prejuízo ainda maior para nós. A CUT defende a emenda 119 do Afonso Florence (PT-BA), que retira todas as condicionantes e aprova só a renegociação da dívida dos estados com a União. Essa é a demanda represada que existe hoje. O que o Temer quer fazer é o mesmo modelo adotado pelo FMI com os países, de submeter a renegociação das dívidas ao arrocho do povo”, disse Armengol.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Para o dirigente, o avanço do PL representará o fim do funcionalismo em curto prazo.

“ A maioria dos governos está no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, gasto mensal de 60% da recente corrente líquida. Se o projeto passar como está, os servidores não terão aumento por dois anos, mas não é só, porque a renegociação é por 10 anos e quando os estados voltarem a pagar a União, alegarão que não tem mais dinheiro e estão no limite da Lei. Com isso, terão brecha até de demitir os trabalhadores, mesmo concursados. E não teremos a contratação de novos, o que impacta no atendimento ao público que depende de serviços públicos, ou seja, a população mais pobre” , explicou.

A medida, aposta Armengol, ainda prestará o des-serviço de servir de referência aos municípios. “ Histo-

ricamente, o que o governo federal faz de bom não é auto aplicável para estados e municípios, mas o que faz de ruim, entra em vigor imediatamente.”

### O trator não para

Também está prevista para hoje a votação da PEC 241 (proposta de emenda à Constituição), que congela os gastos governamentais pelos próximos 20 anos, com o teto do investimento em serviços públicos baseado na despesa do ano anterior corrigida pela inflação.

A tendência é de aprovação do parecer favorável apresentado pelo deputado Danilo Forte (PSB-CE). Caso isso aconteça, o texto vai para uma comissão especial avaliar o conteúdo e, depois, para o plenário da Câmara, antes de seguir ao Senado.

09/08/2016 - Sinttel-ES

## Sem acordo, dissídio da BrasilCenter segue para relator

Fracassou a audiência de conciliação, a primeira realizada na Justiça do Trabalho entre o Sinttel e a BrasilCenter no processo de Dissídio Coletivo. A empresa não apresentou nenhuma proposta para melhorar as condições do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017, revelando sua intransigência perante o juiz que fazia a audiência, na tarde desta terça-feira, dia 9. A empresa ganhou 10 dias de prazo para apresentar uma documentação e daí o processo segue para um juiz relator. Breve será marcada nova audiência para saber qual o parecer desse relator. Depois o Dissídio será julgado pelos 11 desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho (TRE-ES). E eles não julgam apenas as questões econômicas de reajustes da pauta de reivindicações, mas tudo o que está sendo pedido.

O Sinttel-ES decidiu ingressar com o pedido de dissídio depois que a negociação coletiva não resultou em avanços. As conversas iniciaram em fevereiro com o envio da pauta de reivindicações. A categoria autorizou essa decisão, na primeira assembleia, convocada pelo Sinttel, na abertura das negociações salariais de 2016.

Desde o começo, a BrasilCenter radicalizou, não

apresentando nenhum percentual de reajuste. Em toda reunião, culpava a crise e reafirmava sua proposta de reajuste zero para os pisos salariais, pagos aos quase 2 mil trabalhadores/as, os teleoperadores (Reps).

Diante desse comportamento, o Sinttel resolveu não aceitar a manutenção dos salários em R\$ 880,00, fixados desde janeiro quando houve o reajuste do salário mínimo. A empresa queria dar um abono salarial de R\$ 280,00 para compensar a falta do reajuste. Para outros/as trabalhadores/as que recebem acima dos pisos, a empresa ofereceu 9,91%, mais os R\$ 280 de abono.

Essa situação é revoltante, quando se sabe que a BrasilCenter é o call center do Grupo América Móvil (Grupo Claro), cujo dono é o mexicano Carlos Slim, um dos homens mais ricos do mundo. Não é uma empresa terceirizada, prestadora de serviço, como a maioria dos call centers. Portanto, o atendimento à grande cartela de clientes do segundo maior grupo de telefonia do país e o maior da América Latina é feita pelo próprio grupo, cujos lucros andam acima da média, diante da crise que o Brasil vem atravessando.



## Resumo de Notícias

Produção: T&amp;T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

09/08/2016 - Telesíntese

# Mais de 1,5 mil municípios, só uma operadora de celular

Atualmente, 6% da população não pode escolher a sua operadora de celular, enquanto outras 84% das pessoas podem escolher entre quatro opções.

O Brasil é mesmo o país de contrastes. E o mercado de telefonia celular não poderia deixar de refletir isso. Embora o mercado brasileiro seja considerado um dos mais competitivos do mundo na área da telefonia celular pelo Índice Herfindahl-Hirschman (IHH), em termos de números de acessos por operadora, 6% de sua população só conhece uma única prestadora de serviço, ou 12 milhões de pessoas tem o serviço de uma única empresa.

E essas pessoas moram em 1,5 mil cidades brasileiras. Mesmo assim, as empresas estão lá por obrigação de cláusulas de editais da Anatel, já que são essas as cidades as quais a Anatel acredita que não há mercado atraente.

Conforme o relatório da área técnica 84% da população brasileira mora em cidades com quatro empresas de celular para escolher. Nas demais há pelo menos duas empresas competindo entre si.

Mas se a competição na telefonia móvel está equacionada no mercado nacional, há problemas de concentração em algumas unidades da federação, conforme apontam o relatório de mercado da Anatel. A Vivo, por exemplo, tem 76,7% do market share do Espírito Santo e 66,5% do mercado do Acre. A TIM, 56,1% do mercado do Paraná e 43,6% do mercado de Santa Catarina; e a Claro 42% da fatia de Goiás e 44,6% de Rondônia. A Oi tem poder de mercado no Ceará, Maranhão, Pernambuco e Paraíba.

### Municípios e população atendidos por uma operadora de SMP

Operadora	Total de municípios	% de municípios	População afetada	% população afetada
Oi	409	7,34%	2.888.175	1,41%
Claro	380	6,82%	2.679.518	1,31%
Vivo	486	8,73%	3.906.538	1,91%
TIM	321	5,76%	2.609.212	1,27%
<b>TOTAL</b>	<b>1596</b>	<b>28,64%</b>	<b>12.083.443</b>	<b>5,90%</b>

Fonte: STEL, ANATEL/ATC

Veja mais em:

<http://i2.wp.com/www.telesintese.com.br/wp-content/uploads/2016/08/anatel-figura15-mk-share-uf.jpg?resize=447%2C641>

09/08/2016 - Vermelho

## Com crise, bancos lucram menos: R\$ 11 bi em três meses



A crise demorou, mas chegou aos bancos. Pelo menos é assim que o mercado financeiro reagiu à queda da lucratividade de Itaú Unibanco e Bradesco nos três últimos meses. Mesmo assim, no segundo trimestre do ano, tais instituições financeiras lucram R\$ 11 bilhões.

Na semana passada, o Itaú anunciou o lucro líquido de R\$ 5,518 bilhões entre abril e junho, queda de 7,7% em relação aos R\$ 5,984 bilhões lucrados um ano antes. Se comparado aos três primeiros meses do ano, no entanto, houve aumento: 6,4%.

Bradesco também lamentou na semana anterior a "crise", que reduziu seu lucro contábil em 7,6% no

segundo trimestre na comparação com igual período de 2015: caiu de R\$ 4,47 bilhões para R\$ 4,13 bilhões. Sobre o primeiro trimestre, aumento de 0,3%.

Já o Santander Brasil, o maior banco estrangeiro no País, lucrou R\$ 1,806 bilhão, 8,8% em relação aos três meses anteriores. O resultado de 2015 não foi anunciado.

A justificativa para a variação negativa é o aumento da inadimplência de brasileiros desempregados e cada vez mais endividados. Para evitar sangria maior, os bancos vêm aumentando o preço fixo de seus serviços e demitindo funcionários.

**Fonte: Brasileiros**